



Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR

NHANDE REKO GUARANI M'BYÁ COMO TERRITORIALIDADE DE AUTONOMIA E SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA: ESTUDO DE CASO DA T.I. RIO D'AREIA NA FLORESTA COM ARAUCÁRIAS DO PARANÁ.

GUARANI M'BYA'S NHANDE REKO AS AN AUTONOMOUS AND ECOLOGICALLY SUSTAINABLE TERRITORIALITY: A CASE STUDY OF THE INDIGENOUS LAND RIO D'AREIA IN THE ARAUCÁRIA FOREST OF PARANÁ.

(Recebido em 28-07-2025; Aceito em: 30-12-2025)

João Francisco Miró Medeiros Nogueira

Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Brasil

jimmnogueira@gmail.com

Nicolas Floriani

Professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Brasil

nicolas@uepg.br

Daniel Papa Veríssimo

Centro Cultural Indígena Guarani M'Byá da aldeia Rio d'Areia, Inácio Martins/PR, Brasil

danielpapa83@hotmail.com

Resumo

A Floresta Ombrófila Mista atingiu, a partir do conjunto de ações ligadas à especulação econômica conduzidas pela colonização e promovidas pelo Estado ao longo do último século, preocupantes condições no que se refere à sustentabilidade desse ecossistema. No vale do Médio Iguaçu, na região Centro-sul do estado do Paraná, a Terra Indígena Rio d'Areia, ocupada imemorialmente pelo grupo étnico Guarani M'Byá, concentra um tipo de gestão territorial em que o ecossistema é preservado a partir do conhecimento, interação e preceitos culturais fundamentais mantidos pela população indígena. Nesse sentido, o presente estudo de caso busca discutir, a partir de uma análise espaço-temporal e territorial, como a aplicação de tais preceitos fundamentais Guarani atuam na preservação do ecossistema da Floresta com Araucárias e na manutenção cultural e da sociobiodiversidade local. A visão integrada do ecossistema, intrínseca à territorialidade contra-hegemônica indígena, embasa uma ruptura epistêmica com a gestão dominante estabelecida na gestão territorial do ecossistema em questão.

Palavras-chave: Gestão territorial, Floresta Ombrófila Mista, territorialidade contra-hegemônica, sociobiodiversidade, Médio Iguaçu.

Abstract

The Mixed Ombrophilous Forest has reached, in order of a roll of actions linked to economic speculation and conducted by the colonization promoted by the State over the last century, worrying conditions regarding the sustainability of this ecosystem. In the Mid- Iguaçu River valley, in south-

central region of the state of Paraná, the Rio d'Areia Indigenous Land, immemorably occupied by the Guarani M'Byá ethnic group, concentrates a sort of territorial management in which the ecosystem is preserved based on knowledge, interaction and fundamental cultural precepts maintained by the indigenous population. In this sense, this case study seeks to discuss, based on a spatio-temporal and territorial analysis, how the application of such fundamental Guarani precepts acts in the preservation of the Araucaria Forest ecosystem and in the maintenance of local culture and sociobiodiversity. The ecosystem's integrated vision, intrinsic to the indigenous counter-hegemonic territoriality, supports an epistemic rupture with the dominant management historically established in the region.

Key words: Territorial Management, Mixed Ombrophilous Forest, counter-hegemonic territoriality, sociobiodiversity, Mid- Iguaçu River.

Introdução

O território da Floresta com Araucárias ao longo do vale do rio Iguaçu, no Paraná, esteve, durante o último século, em um intenso processo de conversão paisagística e homogeneização das práticas e do conjunto de pensamentos que gerem o espaço e o ecossistema nessa região. O estabelecimento histórico dos fenômenos de territorialização dentro desse ambiente florestal inferiram um jogo de disputas simbólicas e sobreposições paisagísticas, em um contexto no qual a manutenção de territorialidades tradicionais e originárias representa estratégia possível para o fortalecimento e definição de práticas manifestas como antíteses territoriais, objetivando a construção de um futuro sustentável, equilibrando preservação ecossistêmica e cultural. No presente artigo, buscamos discutir como o território ancestral Guarani M'Byá da Terra Indígena Rio d'Areia, historicamente tensionado e especulado, abriga perspectivas de gestão territorial que promovem o conhecimento tradicional e continuação cultural em favor da conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Nesse sentido, propomos uma leitura do fenômeno espacial da territorialidade indígena Guarani M'Byá e suas características fundamentais ligadas à promoção da autonomia socioambiental comunitária. Entretanto, para a compreensão da expressão territorial contida no estilo de gestão aplicado pelos indígenas em questão, necessariamente devemos avaliar o processo histórico de constituição da territorialidade da aldeia indígena Rio d'Areia, situada no município de Inácio Martins/PR. Para que a interpretação conduza ao reconhecimento da relevância de tal território no que se refere à manutenção cultural e preservação de aspectos da sociobiodiversidade local, que é o objetivo maior do presente artigo, devemos nos concentrar nos processos que permearam a historicidade da constituição territorial regional.

A partir de tal perspectiva buscaremos, portanto, ao longo do texto, discutir acerca da implementação de uma gestão territorial regional pautada na especulação e intensiva exploração dos recursos ecossistêmicos da Floresta com Araucárias. Essa visão dualista, que historicamente instituiu a sociedade como dominadora e proprietária do meio ambiente e dos recursos naturais, atuou em um conjunto cujo modus operandi expansionista sustentou o modelo econômico de um sistema colonialista

implementado na região do médio vale do rio Iguaçu – região geográfica onde está situada a aldeia Rio d'Areia – a partir do início do século XX, estendendo-se até o tempo presente como pensamento fundamental da gestão territorial hegemônica e dominante.

Destarte, a interpretação espaço-temporal acerca das fundamentações e conjunto de práticas que historicamente geriram o território da Floresta com Araucárias no médio vale do Iguaçu evidenciam a característica contra-hegemônica territorial expressa na organização e no pensamento gestor do território indígena dentro da Terra Indígena Rio d'Areia. As tensões e disputas de sentido, entretanto, são permanentemente agentes da ação territorial hegemônica circundantes à territorialidade indígena, que por sua vez busca, em sua própria socioterritorialidade, encontrar estratégias para promoção de sua autonomia e fortalecimento de sua identidade.

Nesse sentido, dialogaremos ao longo do texto sobre os preceitos fundamentais que regem a ação e o pensamento indígena Guarani M'Byá dentro do seu território ancestral, com o enfoque em dois conceitos centrais, discutidos adiante no artigo, que estão intrinsecamente relacionados às formas de se classificar e ordenar o território na perspectiva do grupo indígena: Nhande Reko e Tekoá. Assim, poderemos compreender, no decorrer do presente artigo, como a territorialidade Guarani se expressa como direito à autonomia territorial e reprodução cultural, assim como detentora de um amplo conjunto de conhecimentos tradicionais associados aos usos diretos e indiretos da biodiversidade da Floresta com Araucárias, ciências historicamente rejeitadas e reprimidas pela territorialidade dominante.

Portanto, o texto que se encaminha está organizado em três momentos de leitura que, em uma sequência narrativa e interpretativa, alocam o território da aldeia indígena Rio d'Areia como locus contra-hegemônico de territorialidade na Floresta com Araucárias no médio vale do Iguaçu: no primeiro momento discutimos sobre aspectos temporais e espaciais especulativos que suprimiram, historicamente, a sociobiodiversidade originária, assim como os conhecimentos a ela associados; em uma segunda etapa da leitura, nos aprofundamos nos fundamentos epistêmicos e culturais Guarani M'Byá como conjunto de práticas de gestão territorial e preservação ecossistêmica através de seu uso intermediado pelos conhecimentos associados. Nessa sessão do texto buscaremos dialogar sobre os conceitos fundamentais do território, assim como conhecimentos etnobotânicos, dimensões e usos associados ao espaço geográfico indígena; por fim, chegaremos à discussão central proposta pelo presente artigo, que consiste na identificação de elementos presentes na territorialidade indígena que fundamentam uma ruptura paradigmática com a estrutura positivista e racionalista que formata o pensamento ocidental.

Portanto, dentro da perspectiva que pretendemos abordar, a territorialidade Guarani M'Byá fomenta estratégias possíveis para a construção de um futuro sustentável. Pois ao associar à

conservação o uso dos recursos naturais presentes no território a partir da interação com conhecimentos tradicionais aplicados, a gestão do território Guarani M'Byá expõe aspectos que evidenciam como os preceitos da territorialidade originária se fundamentam em estreitas relações de conhecimento e interação com o meio em que a cultura se sustenta e se replica. Nesse sentido, o conceito da sociobiodiversidade, como expressão da interação da cultura, por meio de seus conhecimentos tradicionais, com a complexa biodiversidade dos territórios não-hegemônicos, emerge não somente como perspectiva de compreensão da interação, mas também como ferramenta aliada à identificação, reconhecimento e promoção dessas práticas como urgência ao enfrentamento da crise epistêmica e ambiental global.

Para a realização da pesquisa publicada pelo presente artigo foram realizadas investigações em acervos arquivísticos e bibliográficos, cujas fontes históricas encontram-se zeladas por cuidados especializados. Nesse sentido, foram visitados acervos cujas fontes condicionaram à construção da interpretação espaço-temporal proposta pelo texto. Destarte, foram realizadas imersões aos acervos do Arquivo Público do Paraná, Biblioteca Pública do Paraná e do Centro de Documentação da Universidade do Centro-Oeste (CEDOC/UNICENTRO-PR). De igual maneira, foram coletados dados históricos a partir do acervo histórico próprio da Aldeia Rio D'Areia e a partir de entrevistas semiestruturadas coletadas ante indígenas habitantes da T. I. Rio d'Areia, ao longo de mais de vinte visitas de campo realizadas ao território entre os anos de 2021 e 2025. Soma-se a tal levantamento, como critério comparativo e embasamento à interpretação da atuação de epistemes antagônicos, entrevistas coletadas com agricultores e pequenos proprietários de terra estabelecidos no território do médio Iguaçu ao longo da colonização da região.

Supressão da sociobiodiversidade como política de Estado: trajetória do desmatamento da Floresta com Araucárias no Paraná

A Floresta com Araucárias é uma tipologia florestal que ocorre endêmicamente no Planalto Meridional Brasileiro, dissipando-se por regiões subtropicais em que os invernos apresentam médias de temperatura que não ultrapassam os 15°C. Dentre suas diversas formações, a presença do Pinheiro-do-Paraná (*Araucaria angustifolia*) marca sua identidade visual e proporciona o clímax ecológico da formação florestal (IBGE, 2004). A Floresta com Araucárias, também classificada pelo Manual Técnico da Vegetação Brasileira como Floresta Ombrófila Mista (FOM), devida sua estreita relação e dependência com regimes pluviais relativamente volumosos, abriga ampla biodiversidade. O compêndio bibliográfico desenvolvido por Koch e Correia (2010), apresenta estudos que indicam uma variedade de mais de 400 espécies de árvores e arvores catalogadas na Floresta com Araucária

somente no estado do Paraná. Sem mensurar a rica biodiversidade da fauna abrigada pelo ecossistema, integrante do bioma da Mata Atlântica brasileira e do *hotspot* da biodiversidade global (SOS Mata Atlântica, 2024).

Entretanto, em um recorte contemporâneo, estima-se menos de 3% de sua área de cobertura vegetal original continua viva como floresta. No estado do Paraná, de onde parte a experiência relatada no presente texto, por exemplo, nenhum remanescente da FOM encontra-se livre dos processos antrópicos, sendo que apenas 0,3% do total de florestas remanescentes pode ser classificado como floresta secundária avançada ou primária alterada (Castella; Britez, 2004). Ainda, estudos na área de engenharia florestal indicam que os maiores remanescentes ainda existentes de FOM no sul do Brasil raramente ultrapassam a dimensão de 50 hectares, o que representa uma paisagem ecológica altamente fragmentada, preenchida por grandes monoculturas, com poucos remanescentes e geralmente não interconectados entre si (Lacerda, 2016). O panorama atual da FOM é resultado de um intenso processo de conversão paisagística e ressignificação do ecossistema e relações humanas com tal. Tal processo foi estrategicamente constituído e promovido pelo Estado através da colonização.

O estabelecimento de um conjunto de práticas expansionistas e conversão do ecossistema que se pautou na percepção da floresta como possibilidade de acúmulo de capital, adentrou a floresta através da especulação madeireira e erva-mateira (relacionada à exploração econômica da erva-mate). A partir dos princípios de ocupação e conversão da floresta, originou-se um modo operacional conduzido pelo Estado na formação de uma sociedade colonial no território de ocorrência da FOM. Tal condição imposta às florestas se associou a outras imposições dos modos operacionais conduzidos ao território, como a expansão das fronteiras agrícolas, regime de propriedade da terra e domínio total do produtivismo. Nesse sentido, a área de ocorrência natural do ecossistema foi, gradativamente – sobremaneira a partir das décadas iniciais do século XX –, convertida e ressignificada pelas demandas introduzidas pelo Estado e seus interesses baseados na economia e dominação alinhada ao sistema hegemônico.

À medida que os colonos se estabeleciam nos lotes financiados pelo governo, coube às famílias sua imediata inserção em um regime econômico o qual esteve embasado no extrativismo e consequente implementação de produção agrícola. Portanto, a criação de terras cultiváveis em áreas florestais necessariamente se fundamentou na derrubada das densas florestas que se espalhavam pelo estado do Paraná. Embora a maioria das árvores fossem derrubadas e simplesmente descartadas, deixadas para apodrecer ou por vezes queimadas, não eram todas as árvores que tinham um valor especulativo tão alto quanto o cedro (*Cedrela fissilis*), a imbuia (*Ocotea porosa*) e o pinheiro-do-Paraná, tendo a especulação dessas madeiras fundado um movimento relacionado à expansão de

serrarias não somente no entorno da capital Curitiba mas também por todo o interior do estado, ao longo dos vales dos principais rios (Martins, 2004).

A partir do avanço da colonização, portanto, a Floresta com Araucárias passou a ser convertida em paisagem plenamente utilizada, transformada em áreas de produção de grãos e cereais, principais cultivos mantidos pelos colonos (Wachowicz, 1970; Tedesco, Heinsfeld, 2009), conforme evidencia a fotografia a seguir, registrada na década de 1910 (Fig. 1). Portanto, podemos afirmar que o processo de colonização em questão se articulou no território a partir de um conjunto de ações que contou com o loteamento da floresta, a fundação das colônias e núcleos coloniais (cidades), a inserção do colono, a aplicação de seu trabalho na conversão da paisagem florestal e a implementação do trabalho do colono dentro de regimes econômicos.

Figura 01: Paisagem de propriedade rural em conversão paisagística. Iriti/PR, c. 1906.



Fonte: Weiss (2017).

Nesse sentido, o processo de colonização da Floresta com Araucárias no Paraná organizou-se pela implantação de núcleos e entrepostos comerciais integrados, formando um circuito de colônias estreitamente vinculado à exploração da terra e dos recursos florestais. À medida em que avançou a colonização nas áreas florestadas, idealizada em uma sociedade majoritariamente branca e com interações controladas com o meio, a sociedade colonial foi paulatinamente adentrando a floresta e os territórios indígenas. Nesses contatos, geralmente pautados por relações de imposição e violência

(Santos, 1973; Di Creddo, 1987), os habitantes originários das matas de pinheirais foram sendo divididos. Se em partes a população indígena era absorvida pelo sistema colonial através da política integracionista promovida pelas frentes colonizadoras, sendo forçada a se miscigenar, formando uma nova classe de trabalhadores (Novak, 2015), outra parte adotava métodos de resistência à colonização fundamentados na fuga e autoisolamento, cada vez para lugares mais isolados dentro das florestas (Printes; Coelho-Se-Souza, 2021).

A atuação da política de Estado cuja supressão da diversidade ecológica e social era uma normativa territorial – apesar de ter o início de sua atuação há cerca de pouco mais de um século na Floresta com Araucárias – se desenvolveu em quase a totalidade da floresta a partir de três frentes: como promoção da especulação econômica da floresta e o consequente desmatamento como conversão da paisagem; o avanço e crescimento incessante das propriedades rurais associados à expansão das fronteiras agrícolas; a apropriação de territórios indígenas vinculado à supressão de seus conhecimentos, tradições, territorialidades e autonomia.

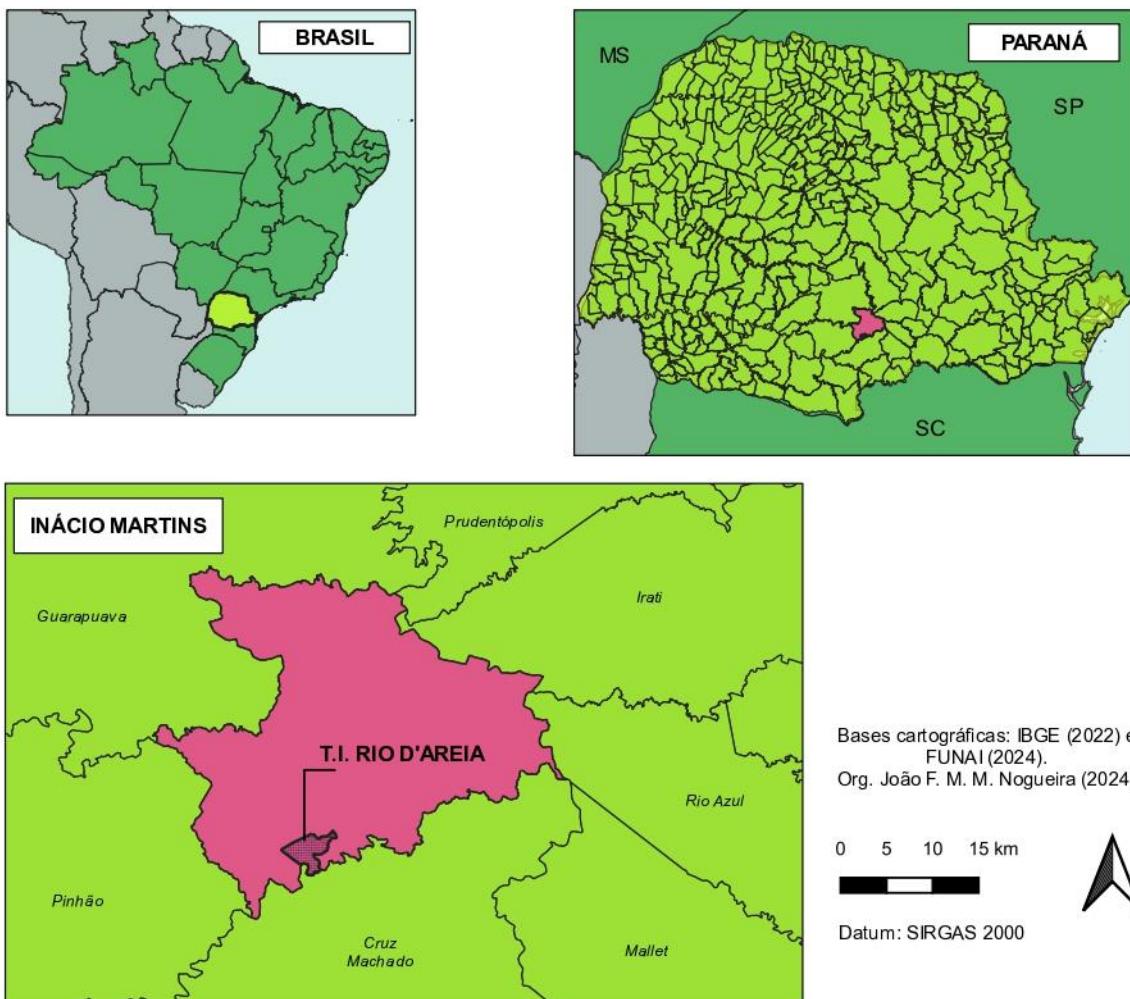
O processo de territorialização promovido pela ação colonizatória, como fenômeno espaço-temporal, se apropriou da Floresta com Araucárias, ressignificando e inferindo a esse ecossistema uma lógica funcional e especulativa oposta ao que era praticado pelas populações tradicionalmente ocupantes daquele território: os povos indígenas. Nesse contexto, o processo de isolamento adotado pelos Guarani M'Byá, como resposta e alternativa única frente ao avanço incessante da colonização, possibilitou a salvaguarda de conhecimentos e práticas originárias dentro dos territórios de resistência na Floresta com Araucárias.

A Terra Indígena Rio d'Areia, situada às margens do vale do rio de mesmo nome, se manifesta como um autêntico *locus* espacial contra-hegemônico. Localizada no município de Inácio Martins, centro-sul do estado do Paraná (256 km da capital), se destaca naquela região pela sua característica de gestão territorial sustentável. O território abriga uma das maiores reservas florestais e ecossistêmicas do Paraná, ao manter, dentro de seus limites, 1.311,4 hectares de FOM preservados em uma área total delimitada em 1.352 hectares (Brasil, 1998). Ou seja, os Guarani M'Byá conservam, em seu território, a partir de sua gestão territorial autônoma, uma proporção de 97% de área de floresta, antagônica à média estabelecida contemporaneamente no território da Floresta com Araucárias.

Território indígena Rio d'Areia: locus contra-hegemônico de gestão territorial autônoma com base na cultura e resistência originária

Localizada em meio aos topes de morros dos últimos resquícios geomorfológicos da Serra da Esperança, estabelecida em um platô às margens do profundo vale do rio d'Areia, a aldeia Rio d'Areia, que nomeia a Terra Indígena, está situada no município de Inácio Martins, o mais alto do Paraná, na divisa com Cruz Machado. O território ancestral ocupado pelos Guarani M'Byá está disposto inteiramente na área abrangida pela influência hidrológica do Médio Iguaçu assim como pela influência ecossistêmica da Floresta com Araucárias. Ademais, sua localização está ligada ao processo de fundação de aldeias ao longo do processo histórico de caminhadas Guarani entre o interior do continente – sobremaneira o Paraguai – e a costa litorânea situada no Brasil, conforme situa o mapa abaixo (Fig. 2):

Figura 02: Mapa de localização da Terra Indígena Rio d'Areia.



Fonte: IBGE (2022) e FUNAI (2024).

A existência de tal território, ocupado imemorialmente pelos indígenas da etnia Guarani M'Byá, representa um contraponto à expansão e territorialização colonial que promoveu o processo de homogeneização da paisagem e das práticas territoriais na região. Homologada, ou seja, oficialmente reconhecida pelo Estado brasileiro em 15 de abril de 1998, habitam contemporaneamente na *Tekoá Yakã Ita Ku'i*, ou aldeia Rio d'Areia – única aldeia do território –, 152 pessoas¹. O território Guarani, conforme já apontado, está estabelecido em um platô cuja altitude média é de 985 metros, sendo que em alguns pontos a elevação do terreno ultrapassa os 1.100 metros de altitude.

A cultura Guarani se baseia em uma matriz epistêmica da qual a mobilidade territorial e a impermanência – tanto de suas roças como de suas aldeias – estão, historicamente, relacionadas às interações que este grande grupo étnico estabeleceu com os ecossistemas pelos quais percorreu. De acordo com Egon Schaden, um dos fundamentos essenciais para a cultura Guarani é sua grande mobilidade, o que conferiu a esse grupo cultural igual variabilidade linguística, territorial e cultural dentro de uma matriz comum (Schaden, 1962, p. 13). Dentre os muitos aspectos de interação com o meio ambiente, tanto em sua organização social, política e econômica, o aspecto religioso e espiritual se sobressai, conforme afirma Schaden²:

O que se nota é um extraordinário predomínio da religião em todas as esferas da cultura, inclusive na economia, a ponto de as atividades econômicas aparecerem, não raro, como simples pretexto para a realização de cerimônias de contato com o sobrenatural e controle dos poderes pessoais que se julgam ter influência no destino dos homens. Quer seja um puxirão, a colheita dos produtos da roça, a partida para uma viagem, o aparecimento de qualquer fenômeno inesperado ou invulgar – tudo, enfim, pode ser motivo para rezas e danças rituais. A tal ponto isto é verdade que o ciclo econômico anual é, antes de mais nada, um ciclo de vida religiosa. O ano eclesiástico acompanha, em especial, as fases da cultura do milho (Schaden, 1962, p. 46).

Tal observação trazida por Schaden destaca um relevante aspecto cultural Guarani, cujos princípios relacionam-se profundamente com aspectos espirituais e interações com o ecossistema nos quais estão estabelecidos os territórios originários ocupados pelos grupos dessa matriz cultural. Para os Guarani M'Byá, geralmente, os dogmas religiosos se externalizam em fenômenos naturais e elementos ligados às florestas e características geomorfológicas dos lugares. A divindade suprema na concepção religiosa Guarani é *Nhanderu Tenondé*³, que, apesar de amorfo, se manifesta mediante relâmpagos, raios, fogo, chuva, sol e vento. Tupã é sua manifestação mais próxima ao homem, com o qual os *xamoi* e pajés conseguem se comunicar em orações dentro das casas de reza – *Opy* e *Opy'i* – (Torres, 1997, p. 238).

¹ Informação obtida através do recenseamento interno realizado pelas lideranças da aldeia Rio d'Areia em maio de 2024.

² a partir de observações tomadas ao longo de oito anos de convivências e estudos dentro de aldeias Guarani localizadas em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina, em atividades de campo realizadas entre 1946 e 1954.

³ Que em tradução livre pode ser interpretado como Nosso Pai Verdadeiro.

A interação com o ambiente é a essência cultural Guarani, sendo, portanto, a base de sua identidade como grupo social. Existe, dentro da cosmogonia Guarani M'Byá, uma série de divindades que se ligam diretamente a elementos da natureza: a floresta, as águas dos rios e das chuvas, as rochas, o fogo, os animais, os frutos, o vento, a bruma. Esses são elementos com que os Guarani convivem cotidianamente e com os quais, em interação, reproduzem seu estilo de vida e suas fundamentações do pensamento e do espírito (Clastres, 1990; Torres, 1997). Assim, concepções relacionam-se de maneira interdependente entre si e manifestam a essência da expressão de autoconhecimento e identidade dos Guarani M'Byá em seus princípios práticos – na relação com a matéria – e ideológicos – na relação com o mundo metafísico.

Dentro do ambiente cultural Guarani M'Byá, portanto, alguns elementos ganham notado destaque em suas expressões culturais, que conferem ao grupo identidade territorial e territorialidade bastante específicas. De acordo com Edward Little, a base mais importante para manutenção e reprodução cultural e identitária étnica é o território. Para o autor, esse é o alicerce da organização política, social, econômica e cultural, além de promover a sustentação física do grupo social (Little, 2006, p. 17). Nesse sentido, existem dois conceitos Guarani M'Byá fundamentalmente ligados ao território que representam a forma de se viver de acordo com suas leis e costumes, que remetem ao estilo de vida desse subgrupo étnico: *Nhande Reko* e *Tekoá*.

A terminologia e conceitualização de *Nhande Reko* tem sido objeto de investigação de inúmeros pesquisadores das áreas das ciências humanas e nos estudos de linguística, inclusive o termo se popularizou nas investigações acadêmicas ao longo da última década (Martins, 2022; Maroto Guerola, 2023; Colombera, 2024; Pereira, 2024). *Nhande*, ou também encontrado como *ñande*, em livre tradução, diz respeito ao que “pertence a nós”, o que é “nossa”; *reko*, por sua vez, é traduzido como “suster”, “segurar” (Glosbe, 2025) ou “ter” (Bueno, 1987, p. 482). Ou seja, o *Nhande Reko*, ou *Nhandereko*, é um conceito que expressa a ideia de “nossa sustentação”, e dentro do entendimento Guarani M'Byá, essa expressão refere-se ao “nossa jeito de ser, nosso sistema, nossa lei, nossos costumes e tradição” (LADEIRA, 2001, P. 136; MELIÀ et al; 2008).

Tekoá, por sua vez, invoca em sua tradução imediata a ideia de aldeia, que é, de fato, sua forma mais empregada cotidianamente. Os lugares onde os Guarani M'Byá formam seus assentamentos familiares e comunitários, portanto, são identificados como *Tekoá*. Entretanto, a palavra também é composta por uma junção de outras duas palavras que, somadas, exprimem um complexo sentido. *Teko*, de acordo com Ladeira, remete à ideia de “ser, estar, sistema, lei, norma, tradição, costumes” (Ladeira, 1992); enquanto o sufixo *-a* condiciona o sentido da palavra a uma localidade

(Dooley, 1982). Ou seja, a aldeia é, simbólica e linguisticamente, o lugar em que se manifestam os costumes, onde está o sistema filosófico e espiritual Guarani M'Byá, é a localidade da cultura originária. O território Guarani M'Byá é, nesse sentido, materialmente *Tekoá* e moralmente *Nhande Reko*. Enquanto o conceito de aldeia inclui em seu sentido aspectos físicos do espaço geográfico, como rios, montes, lagos, florestas, animais, mas também as roças, casas e casas de reza, o conceito *Nhande Reko* confere sentido ao conjunto de práticas, conhecimentos, preceitos morais, éticos, filosóficos e religiosos que regem e caracterizam a originalidade da cultura Guarani M'Byá. Assim, um conceito trata sobre o espaço ou o ambiente, e o outro trata sobre a culturalização do espaço através de um conjunto de valores que o transforma e significa. Os dois conceitos juntos expressam a essência da territorialidade Guarani M'Byá.

Pesquisadores apontam que há um modelo de manejo territorial Guarani, que inclui a premissa de que o *Nhande Reko*, em sua origem, está imediatamente associado ao manejo do território e sua replicação em *Tekoás*, em um sistema cuja unidade de domínio territorial esteve historicamente estruturada por ciclos ecológicos, sociais, econômicos, políticos e cosmológicos (NOELLI et al; 2019, p. 18). Isso quer dizer que o ambiente e a interação do indígena com tal é o constituinte identitário de um grupo cultural, seu meio de sobrevivência, e isso se expressa em um amplo conhecimento das plantas, dos ciclos naturais e dos circuitos ecológicos existentes dentro de cada particularidade ecossistêmica. No caso em questão, portanto, tal fenômeno se expressa pela sociobiodiversidade implícita à territorialidade Guarani M'Byá dentro da Floresta com Araucárias.

A expressão territorial Guarani M'Byá dentro da T. I. Rio d'Areia, assim como em territórios em que a gestão indígena prevalece alicerçada em seus fundamentos culturais (Silva, 2010), carrega em si uma série de significados e marcos paisagísticos ligados à sociobiodiversidade. A coesão de uma comunidade Guarani M'Byá está na força espiritual do *Xamoi* e da *Xaryi* (patriarca e matriarca fundadores da casa de reza central da comunidade), sendo eles os condutores da união do grupo Guarani M'Byá nas atividades religiosas conduzidas dentro da *Opy* (Fig. 03), que marca o centro simbólico da *Tekoá*. Nas *Opy* e *Opy'i*, as casas de reza Guarani M'Byá, a comunidade se reúne para a celebração de ritos religiosos, cujas orações, em forma de canção, evocam passagens da história e cultura indígena, acompanhado da meditação conduzida pela fumaça do *pety* (*Nicotiana tabacum*) carburado no *petynguá* (recipiente feito de nó-de-pinho e taquara utilizado como cachimbo) (Setti, 1997; Marques, 2012).

Na zona de influência estabelecida pela presença central da *Opy'i*, na área imediata do *Tekoá*, ocorre uma considerável concentração de práticas agrícolas e aplicação de conhecimentos tradicionais em relação à natureza. A replicação de alimentos através de práticas fundamentadas no conhecimento

indígena envolve o cultivo das sementes, sua guarda, o feitio do trato da terra, a semeadura de acordo com as influências astrológicas – sobremaneira pautada pela fase da Lua e a espécie da planta –, o manejo de crescimento adequado e a colheita – também estreitamente alinhada às condições astrológicas. Esse ciclo incessante, que se renova a cada vez que termina, preserva os conhecimentos, a cultura e a coesão comunitária na *Tekoá*, através dos preceitos práticos do *Nhande Reko*.

Figura 03: Jovens participam de celebração religiosa na *Opy'i Amba Jekupe Miri* na aldeia Rio d'Areia em Inácio Martins/PR.



Fonte: Os autores (2022)

De acordo com Andrade (2019), os Guarani têm forte dependência física e cultural dos recursos florestais baseados em seus conhecimentos ecológicos e botânicos que garantem o sucesso em manejar os ambientes. Uma pesquisa realizada entre os Guarani de Santa Catarina pôde identificar 639 espécies botânicas de 109 famílias botânicas (Pereira, 2016), enquanto comunidades Guarani M'Byá na Argentina identificam 511 nomes de plantas utilizadas (Crovetto, 2012). As plantas são classificadas pelos Guarani M'Byá a partir de 10 grupos, que associam suas características físicas aos conhecimentos e usos originários. De acordo com o pesquisador Francisco Noelli (1998), a categorização botânica Guarani se dá conforme listamos abaixo:

- *Ka'a*: ervas (herbáceas);
- *Yvyra*: árvores (arbóreas);
- *Ysypo*: cipós (lianas);
- *Kapi'i*: capim (gramíneas);
- *Temity*: plantas cultivadas na roça;
- *Karagwata*: bromélias em geral;

- *Yvra rehegwa*: orquidáceas, plantas parasitas e outras epífitas;
- *Pohã*: remédios;
- *Porã*: plantas sagradas;
- *Yvy rehegwa*: musgos e herbáceas sem flor evidente que se desenvolvem em locais úmidos e sombreados como tronco de árvores ou pedras.

Dentro do âmbito territorial indígena compreendido pela *Tekoá Rio d'Areia*, muitas plantas são cultivadas através do emprego do conhecimento Guarani M'Byá. Tal conjunto botânico é, geralmente, mantido no entorno das residências próximas à *Opy'i*. As práticas agrícolas Guarani expressam parte de seu vasto conhecimento etnobotânico, além de evidenciar aspectos relacionados à gestão sustentável do território com base em preceitos fundamentais da cultura. Além de plantas alimentícias, os Guarani M'Byá cultivam uma série de plantas úteis – em grande parte utilizadas para a confecção de artefatos –, plantas medicinais e sacramentais, proporcionando, dessa forma, alterações pontuais na configuração do roçado de cada família. O quadro que segue (Quadro 01) apresenta a variedade cultivada associada ao uso, relacionando as plantas mais comumente encontradas nos roçados indígenas na *Tekoá Rio d'Areia*:

Quadro 01: Plantas cultivadas nos roçados indígenas da T.I. Rio d'Areia

Planta	Nome Guarani	Utilização
Chuchu (<i>Sechium edule</i>)	Chuchu	Alimentícia
Abóbora (<i>Cucurbita sp.</i>)	Andaí	Alimentícia
Amendoim (<i>Arachis hypogaea</i>)	Manduví	Alimentícia
Cana-de-açúcar (<i>Saccharum sp.</i>)	Taquareé	Alimentícia
Mandioca (<i>Manihot esculenta</i>)	Mandi'o	Alimentícia
Milho (<i>Zea mays</i>)	Avaxi	Alimentícia
Melancia (<i>Citrullus lanatus</i>)	Xanjáu	Alimentícia
Pepino (<i>Cucumis sativus</i>)	Pepino	Alimentícia
Cará (<i>Dioscorea trifida</i>)	Kará	Alimentícia
Taioba (<i>Xanthosoma sagittifolium</i>)	Taiova	Alimentícia, medicinal
Banana (<i>Musa sp.</i>)	Paková	Alimentícia, medicinal
Feijão (<i>Phaseolus vulgaris</i>)	Komandá	Alimentícia
Tomate (<i>Solanum lycopersicum</i>)	Tomate	Alimentícia
Batata-doce (<i>Ipomea batatas</i>)	Jety	Alimentícia
Erva-mate (<i>Ilex paraguariensis</i>)	Ka'a	Alimentícia, medicinal, sacramental
Ipê branco (<i>Tabebuia roseoalba</i>)	Y'pe japy	Medicinal, sacramental
Ipê roxo (<i>Handroanthus impetiginosus</i>)	Y'pe ryu	Medicinal, sacramental
Imbé (<i>Thaumatophyllum bipinnatifidum</i>)	Guembe	Útil, sacramental
Taquara (<i>Bambusa taquara</i>)	Takuá	Útil, sacramental
Butiá (<i>Butia sp.</i>)	Mboxi'a	Alimentícia
Tabaco (<i>Nicotiniana tabacum</i>)	Pety	Medicinal, sacramental
Porongo (<i>Lagenaria siceraria</i>)	Yakuá	Útil, sacramental
Mamão (<i>Carica papaya</i>)	Jarakatiá	Alimentícia

Fonte: Os autores (2025)

Dentro do sistema autônomo de gestão territorial praticado em plena interação com a biodiversidade nativa da Floresta com Araucárias, para além do conjunto de práticas agrícolas – que consiste no plantio e reprodução de plantas com variados interesses de uso – os Guarani M'Byá realizam a coleta de plantas dentro da área delimitada pelo território. Nesse contexto, casca de árvores, como o cedro e o timbó (*Ateleia glazioviana*) são procuradas pelos indígenas nas áreas florestadas com o intuito do fabrico de remédios e fibras aplicadas na produção de cestarias. Folhas de erva-mate são colhidas no mês de janeiro com a finalidade da realização de cerimônias religiosas, como o batismo da erva-mate, chamado de *Ka'a Nhemongaraí* (Nimmo et al; 2022), além da realização de incursões aos pinheirais em busca de pinhões (*pinho'a*) para a alimentação da comunidade entre os meses de maio e julho e coleta de nó-de-pinho (*kurirapó*), aplicados na manufatura dos supracitados cachimbos.

Portanto, a manutenção das práticas culturais Guarani M'Byá dentro da FOM promovem a preservação não somente do ecossistema, mas também de todo um complexo conjunto de interações sociais com o meio ambiente e a biodiversidade da floresta. Baseado em conhecimentos ancestrais dessa população com a Floresta com Araucárias, o sistema tradicional de roçado Guarani M'Byá (Fig. 4), associado à gestão sustentável do território indígena, revela um modo de ser e viver em que sociedade-cultura-natureza estão intrinsecamente vinculadas ao ambiente em que a territorialidade se expressa de forma indissociável ao mundo espiritual, permeando as relações entre todos os seres humanos e não-humanos (Printes; Coelho-De-Souza, 2021).

Outrossim, evidencia-se uma importante interação entre os cultivos alimentares Guarani com a fauna nativa, ampliando exponencialmente as multiplicidades de relações estabelecidas entre a cultura indígena e o ecossistema florestal. Os roçados de milho mantidos na *tekoá* Rio d'Areia replicam ao menos 7 variedades originárias (*avaxi ju*, *avaxi xī*, *avaxi pytā*, *avaxi pará*, *avaxi takuá*, *avaxi oy*, *avaxi paracau*), para além de sua provisão como alimento direto, os milharais são também – quando nos meses de janeiro e fevereiro as espigas encontram-se maduras – atrativos a animais como o quati-de-cauda-anelada (*Nasua nasua*), o veado-poca (*Mazama nana*) e o tateto (*Dicotyles tajacu*), além de roedores menores como paca (*Cuniculus paca*) e diversas aves, que se aproximam e interagem com o milharal para se alimentar. A partir de tal diálogo ecossistêmico os indígenas Guarani M'Byá, cujos conhecimentos da caça envolvem a confecção de armadilhas como mundéu e chiqueiro, capturam esses animais para abate ou engorda, providenciando, assim, fontes de proteína animal para compartilhamento comunitário.

Figura 04: Roça tradicional Guarani como expressão do Nhande Reko.



Fonte: Os autores (2025)

Portanto, a cultura indígena Guarani M'Byá mantém, através de um complexo conjunto de conhecimentos desenvolvidos ao longo do tempo e em plena interação com o ecossistema da Floresta com Araucárias, uma territorialidade que se fundamenta em preceitos culturais de manutenção de relações entre a sociedade/comunidade e a biodiversidade local. Nesse sentido, o território originário compreendido pela Terra Indígena Rio d'Areia se contrapõe ao fluxo territorial conduzido pelas ações de desvinculação e homogeneização historicamente promovidos pelo Estado dentro do ecossistema da Floresta Ombrófila Mista, caracterizando-se como um *locus* territorial contra-hegemônico, pois desafia e resiste à hegemonia dominante, seja em termos de poder político e econômico, mas também em aspectos culturais e sociais.

Considerações acerca da territorialidade contra-hegemônica: *Nhande Reko* como gestão sustentável da FOM

A intensiva exploração econômica da floresta conduzida a partir da virada do século XIX para o XX pautou-se pelo pensamento especulativo ante a biodiversidade existente na Floresta com Araucárias. O estabelecimento de um *status quo* que percebia a floresta como possibilidade de proveito financeiro, através da especulação madeireira ou mesmo a ervateira, originou-se no *modus operandi* conduzido pelo Estado na formação de uma sociedade colonial no território de ocorrência da

FOM. O *status quo*, como um estado de ser da condição territorializante da colonização, atuou como um agente de formação de pensamento e conjunto de ações comuns dentro da sociedade, e essa expansividade foi retroalimentada pela conversão paisagística, ressignificação do ambiente florestal e intensivo desmatamento.

Nessa perspectiva, a agência da colonialidade impôs aos indígenas ocupantes da floresta uma ruptura com o seu estilo de vida tradicional e com sua gestão territorial originária embasada na autonomia socioambiental comunitária. Nesse sentido, as populações Guarani, tais como refugiados ambientais, mantiveram certo grau de interação com os colonos, porém, como estratégia de autoproteção, foram se embrenhando nas matas e nas áreas montanhosas mais íngremes e de difícil acesso, buscando a invisibilidade, o isolamento (Printes, Coelho-De-Souza, 2021). Esse movimento esteve presente na trajetividade histórica da *Tekoá Rio d'Areia*, conforme indicou o cacique Antoninho Pires de Lima (Gurski, 2015).

Ao longo do texto pudemos dialogar acerca da expressão territorial resultante da ideologia Guarani M'Byá oriunda de suas práticas fundamentais culturais: o *Nhande Reko* e a *Tekoá*. Resistindo e se reconstruindo cotidianamente em meio às disputas e pressões da ontologia territorial hegemônica que circunda todo o território no qual a comunidade se insere, os indígenas Guarani M'Byá praticam seu estilo de vida e reproduzem seus conhecimentos e práticas ancestrais em interação equilibrada e sustentável com o ecossistema. Os conhecimentos cosmológicos, ecossistêmicos e etnobotânicos atuam como agentes constituidores de identidade territorial. Essa identidade é contra-hegemônica na medida em que resiste em sua forma de se relacionar com o meio ambiente.

Nesse cenário, observamos uma territorialidade dominante, cujos processos homogeneizantes especulam o ecossistema e promovem sua supressão. Em contraponto à hegemonia territorial que impõe e desvincula, os indígenas Guarani M'Byá do Rio d'Areia praticam e reproduzem sua cultura e identidade através de uma territorialidade resistente, embasada em preceitos da espiritualidade e ancestralidade do bem-viver Guarani. Destarte, os conhecimentos botânicos, cosmológicos e ecossistêmicos dos Guarani M'Byá representam um conjunto de saberes originários fundamentais para a preservação da biodiversidade da Floresta com Araucárias.

O estudo de caso viabiliza a compreensão do processo espaço-temporal de fragmentação e constituição de um jogo de disputas simbólicas e sobreposições paisagísticas, à medida em que o território indígena, mesmo protegido pelo reconhecimento do Estado, encontra-se, contemporaneamente, no centro de disputas de usos e sentidos inferidos por práticas especulativas externas (Nogueira, Abel, Souza, 2025). Nesse sentido, destacamos a relevância da aplicação de perspectivas que estabelecem, dentro das pesquisas, estratégias interpretativas de aspectos da

trajetividade histórica entremeadas ao território e suas territorialidades específicas. Em territorialidades de epistemes antagônicos, como interpreta-se a partir do presente estudo de caso, a perspectiva busca situar historicamente a constituição e implementação de determinados comportamentos espaciais, como o conjunto de ações conduzidas ao longo do processo colonizatório da Floresta com Araucárias e a resistência contra-hegemônica mantida na Terra Indígena Rio d'Areia.

Ao resistir e manter suas práticas culturais tradicionais, os indígenas Guarani M'Byá promovem uma gestão territorial contra-hegemônica cuja sustentabilidade e autonomia representam manutenção e continuidade da cultura. A prática indígena torna-se referência de sustentabilidade ao manejo da FOM ao passo em que sua gestão territorial se fundamenta na manutenção cultural apoiada na reprodução e replicação das espécies nativas, dos serviços ecossistêmicos e dos recursos naturais, e não o seu esgotamento. Isso se manifesta no elevado grau de preservação do ecossistema da Floresta com Araucárias dentro da área de abrangência da T. I. Rio d'Areia. A autonomia proporcionada pela territorialidade indígena viabiliza o reconhecimento de aspectos da sociobiodiversidade como solução sustentável para a gestão do território e preservação dos conhecimentos tradicionais originários. A visão integrada de ecossistema praticada pelos povos originários inspira ressignificações da floresta à perspectiva dominante, a partir do momento em que as emergências oriundas das crises climática e ecológica apontam soluções manifestas nas antíteses territoriais.

Referências

- ANDRADE, J. H. C. *Intercâmbio de plantas na medicina M'Byá Guarani no sul do Brasil*. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Biologia) – UFSC, 2019.
- BRASIL. Decreto Presidencial, de 14 de abril de 1998. Altera o Decreto nº 292, de 29 de outubro de 1991, que homologou a demarcação administrativa da Terra Indígena Rio Areia, localizada no Município de Inácio Martins, Estado do Paraná. Brasília: DOU de 15/4/1998.
- BUENO, S. *Vocabulário Tupi-Guarani - Português*. São Paulo: Brasilivros, 1987.
- CASTELLA, P. R; BRITEZ, R. M. *A Floresta com Araucária no estado do Paraná*. Brasília: MMA, 2004.
- CLASTRES, P. *A fala sagrada: mitos e cantos sagrados dos índios Guarani*. Campinas: Papirus, 1990.
- COLOMBERA, A. C. *Guaranizando as práticas e saberes na Permacultura*. Florianópolis. Monografia (Especialização em Permacultura) – UFSC, 2024.
- CROVETTO, R. N. M. Estudios Ethnobotánicos V. Nombres de plantas y su utilidad según los Mbyá guaraní de Misiones, Argentina. *Bonplandia*, 21(2), 109-133, 2012.
- DOOLEY, R. *Vocabulário do Guarani*. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1982.
- FLORIANI, D.; FLORIANI, N. Ecología de las prácticas y de los saberes para el desarrollo local: territorios de autonomía socioambiental en algunas comunidades tradicionales del centro-sur del Estado de Paraná, Brasil. *Polis*, 56, 24-39, 2020.
- FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas. *Terras Indígenas: dados geoespaciais e mapas*, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas>>. Acesso em: jun. 2025.

GLOSBE, Dicionário. *Tradução de reko para português*. Disponível em:

<https://pt.glosbe.com/gn/pt/reko>.

GURSKI, E. A. *Territorialidades Guarani: A Circularidade e a Terra Indígena Rio D'Areia*. Iriti, Dissertação (Mestrado em História) – UNICENTRO, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Mapa do Estado do Paraná*, 2022. Disponível em: <https://geoftp.ibge.gov.br/produtos_educacionais/mapas_tematicos/mapas_do_brasil/mapas_estaduais/politico/parana.pdf>. Acesso em: jun. 2025.

KOCH, Z; CORREA, M. C. *Araucária: a floresta do Brasil meridional*. Curitiba: Olhar Brasileiro, 2. ed., 2010.

LACERDA, A. E. B. Conservation strategies for Araucaria Forests in Southern Brazil: assessing current and alternative approaches. *Biotropica*, 48(4), 537-544, 2016.

LADEIRA, M. I. *O caminhar sob a luz: o território Mbyá à beira do oceano*. São Paulo, Dissertação (Mestrado em Antropologia) – PUC/SP, 1992.

LADEIRA, M. I. *Espaço geográfico Guarani-Mbyá: significado, constituição e uso*. São Paulo, Tese (Doutorado em Geografia), USP, 2001.

LITTLE, P. E. *Gestão territorial em terras indígenas: definição de conceitos e proposta de diretrizes*. Rio Branco: SEMA-AC, SEPI-AC e GTZ, 2006.

MAROTO GUEROLA, C. Luta, força e direito no português socioideológico da educação escolar indígena. *Revista do GELNE*, 25(1), 2023.

MARQUES, R. P. Um estudo de caso sobre o fumo, o uso dos cachimbos e as práticas de fumar entre os Mbyá-Guarani (RS). *Espaço Ameríndio*, 6(1), 97-118, 2012.

MARTINS, R. *Livro das árvores do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 2. ed., 2004.

MARTINS, M. A. *Mborai Anhentegua: caminhos de tradução e cantos Guarani Mbyá por Paraguaçu*. Florianópolis, Dissertação (Mestrado em Comunicação) – UFSC, 2022.

MELIÀ, B; GRUNBERG, G; GRUNBERG, F. *Paï – Tavyterã: Etnografia Guarani del Paraguay contemporáneo*. Asunción: Ceaduc\Cepag, 2008.

NIMMO, E. R; LACERDA, A. E. B; ROSOT, M. A. D; CARVALHO, A. I; GOMES, E. P; GOMES, F. B; NOGUEIRA, J. F. M. M; LUIZ, R. G; GOMES, T. *Erva-mate sombreada: Sipam “Sistemas tradicionais e agroecológicos de erva-mate na Floresta com Araucária, Brasil”*. Colombo: Embrapa Florestas, 2022.

NOELLI, F. S. Aportes históricos e etnológicos para o reconhecimento da classificação Guarani de comunidades vegetais no século XVII. *Fronteiras*, 2(4), 275-296, 1998.

NOELLI, F. S; VOTRE, G. C; SANTOS, M. C. P; PAVEI, D. D; CAMPOS, J. B. *Ñande Reko: fundamentos dos conhecimentos tradicionais ambientais Guarani*. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, 11(1), 2019.

NOGUEIRA, J. F. M. M. *Historicidade e significado nas paisagens dos sistemas tradicionais de produção de erva-mate na bacia do Alto Iguaçu, sul do Paraná*. Ponta Grossa, Dissertação (Mestrado em História) – UEPG, 2021.

NOGUEIRA, J. F. M. M. Reterritorializando a episteme das práticas: a gestão Guarani M'byá da Terra Indígena Rio Areia como paradigma para a preservação da floresta com araucárias no Paraná. *Espaço Ameríndio*, 18(1), 240-262, 2024.

NOGUEIRA, J. F. M. M; ABEL, R. A; SOUZA, W. Apropriações mercadológicas da ontologia espiritual do território: três estudos de caso sul-americanos. *Sociedade e Território*, 36 (3), 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/37981>.

NOVAK, E. S. A política indigenista e os territórios indígenas no Paraná (1900-1950). In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*, Florianópolis, 2015.

PEREIRA, G. S; Noelli, F. S; Campos, J. B; Santos, M. P; Zocche, J. J. Ecologia Histórica Guarani: As plantas utilizadas no Bioma Mata Atlântica do litoral sul de Santa Catarina, Brasil (Parte 1). *Cadernos do LEPAARQ*, 13(26), 197-246, 2016.

- PEREIRA, G. *Liga de Futebol Mbyá Guarani de Santa Catarina: território, mobilidade e cultura - yvy rupa, djaguatá ha'e nhandereko*. Presidente Prudente, Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNESP, 2024.
- PRINTES, R. B; Coelho-De-Souza, G. P. *Ka'aguy heté reguá: criações naturais originárias de uso comum e sua relação com o território guarani no litoral do Rio Grande do Sul, Brasil*. *Amazônica*, 13(1), 253-287, 2021.
- SANTOS, S. C. *Índios e brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. Florianópolis: Edeme, 1973.
- SCHADEN, E. *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*. São Paulo: Difusão europeia do livro, 2. ed., 1962.
- SETTI, K. Orassom – preces cantadas dos Mbyá-Guarani. *Revista Música*, 8, 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/downloadSuppFile/9571/3069>
- S.O.S. MATA ATLÂNTICA. *Reducing threats to a global biodiversity hotspot: tracing baselines for the GBF implementation in the Brazilian Atlantic Rainforest*. Itu: S.O.S. Mata Atlântica, 2024.
- HEINSFELD, A; TEDESCO, J. C. (Org.). *Colonos, colônias & colonizadores: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. Erechim: Habilis, 2009.
- TORRES, D. G. *Cultura Guarani*. Assunção: Litocolor, 1997.
- WACHOWICZ, R. C. A “Febre Brasileira” na imigração polonesa. Curitiba: Superintendência das Comemorações do Centenário da Imigração Polonesa no Paraná, 1970.
- WEISS, A. *Augusto Weiss: fotografias do Estúdio Foto Progresso (1890-1970)*. Curitiba: Voar, 2017.